



Projeto caracteriza como ato de improbidade descumprir normas sobre piso salarial

Deputada diz que há resistências e cita como exemplo o descumprimento reiterado do piso nacional do magistério



Luciene Cavalcante: proposta gera consequências jurídicas para o agente público

O Projeto de Lei 961/23, da deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP), caracteriza como improbidade administrativa o descumprimento de normas que regulamentam o piso salarial profissional, especialmente das áreas de educação e saúde. A proposta tramita na Câmara dos Deputados.

A pena ao agente público responsável, conforme a Lei da Improbidade Administrativa, é o pagamento de multa e a proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos por quatro anos.

O projeto também considera ato de improbidade, com a mesma pena, deixar de complementar o Fundeb. Essa complementação é feita pela União aos estados com menos investimentos em educação. Parte desse valor vai para a remuneração dos profissionais da educação básica.

Resistência

Professora Luciene Cavalcante afirma que há resistência por parte de autoridades públicas em realizar o pagamento do piso salarial aos profissionais. Ela cita como exemplo o “descumprimento reiterado por prefeituras e por estados do piso nacional do magistério”, regulamentado pela Lei 11.738/08.

“O projeto reafirma a obrigatoriedade do agente público em cumprir a lei e gera consequências jurídicas no caso de seu descumprimento, visto o prejuízo causado ao serviço público com a desvalorização de seus profissionais”, disse a deputada.

Tramitação

A proposta será despachada para análise das comissões da Câmara.

Reportagem - Janary Júnior

Edição - Marcia Becker

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Após ataque, aliado de Tarcísio propõe bico oficial de PMs nas escolas

Vice-líder de Tarcísio na Alesp propõe que PMs de folga atuem em escolas, de forma remunerada, para garantir a segurança dos estudantes - Juliana Arreguy



Fabio Vieira/Metrópoles

Vice-líder do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), o deputado Guto Zacarias (União Brasil) apresentou um projeto de lei que autoriza policiais militares de folga a atuarem, de forma remunerada, como seguranças armados em escolas estaduais.

A prática é conhecida como “bico oficial” e, embora não tenha sido adotada em escolas anteriormente, já foi utilizada pela gestão Geraldo Alckmin (2011-2018), hoje vice-presidente da República, em fóruns do estado e áreas de preservação ambiental.

Na Prefeitura de São Paulo, a gestão de Gilberto Kassab (2009-2012), atual secretário de Governo de Tarcísio, também adotou o “bico oficial” na fiscalização de ambulantes irregulares no comércio de rua.

Atentado em escola

Na justificativa do projeto de lei, Zacarias cita o ataque a faca feito por um estudante de

13 anos na Escola Estadual Thomazia Montoro, na zona oeste de São Paulo, que matou a professora Elisabeth Tenreiro, de 71 anos, e feriu outras três educadoras e um aluno.

“O presente projeto de lei tem por objetivo garantir a segurança das escolas públicas estaduais, oferecendo uma opção de segurança armada aos alunos, professores e demais funcionários. A presença de policiais militares de folga pode ajudar a prevenir e inibir a ocorrência de crimes e violências nas escolas, aumentando a sensação de segurança dos envolvidos”, diz o deputado na justificativa do projeto.

O PL 447/2023 propõe que a atuação seja voluntária e coordenada pela Secretaria de Segurança Pública (SSP). Além disso, ele também sugere que o trabalho seja permitido a PMs reformados, desde que fisicamente aptos a atuar nas escolas.

O projeto também determinou que policiais

escolhidos para desempenhar essa função nas escolas não podem se envolver em questões disciplinares “em nenhuma hipótese”.

PMs aposentados

Logo após o ataque ocorrido na escola Thomazia Montoro, na semana passada, o governador Tarcísio de Freitas disse que estuda contratar policiais militares da reserva (aposentados) para fazer a segurança dos colégios estaduais de São Paulo.

Essa mesma ideia, contudo, foi lançada pelo ex-governador João Doria (ex-PSDB) após o Massacre de Suzano, na Grande São Paulo, em 2019, mas não chegou a ser implementada. O episódio terminou com oito vítimas fatais, das quais sete na Escola Estadual Raul Brasil, além dos dois atiradores.

Botão do pânico

Desde a semana passada, deputados estaduais têm apresentado projetos com o objetivo de criar leis para evitar que novas tragédias como a que matou a professora Elisabeth aconteçam. Um deles, de autoria do deputado Rafael Zimbaldi (Cidadania), obriga todas as escolas da rede pública e privada do estado a instalar um botão do pânico, que permite o acionamento imediato da polícia em caso de emergência.

FONTES: METROPOLES

VEJA A INTEGRA DO PROJETO DE LEI 447/2023

Projeto de Lei Nº 447/2023 Processo Número: 7785/2023 | Data do Protocolo: 03/04/2023

15:19:58

Autoria: Guto Zacarias Coautoria:

Ementa: Dispõe sobre a segurança nas escolas públicas estaduais e autoriza a atuação de policiais militares de folga para a realização de segurança armada, mediante remuneração.

Projeto de Lei Dispõe sobre a segurança nas escolas públicas estaduais e autoriza a atuação de policiais militares de folga para a realização de segurança armada, mediante remuneração.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA Artigo 1º - Os policiais militares de folga interessados em atuar na segurança armada das escolas públicas estaduais deverão se inscrever em uma lista de voluntários, organizada pela Secretaria de Segurança Pública e pela Secretaria de Educação. §1º - Permite-se que os policiais militares reformados atuem no programa de segurança armada previsto nesta lei, desde que estejam fisicamente aptos. §2º - Em nenhuma hipótese os policiais militares serão usados para lidar com questões meramente disciplinares. Art. 2º - A Secretaria de Segurança Pública deverá coordenar e fixar diretrizes para a atuação dos policiais militares de folga nas escolas públicas estaduais, de forma a garantir a segurança dos alunos, professores e demais funcionários. Art. 3º - O pagamento da

remuneração dos policiais militares de folga que atuarem na segurança armada das escolas públicas estaduais será de responsabilidade da Secretaria de Educação, por meio de dotação orçamentária própria. Art. 4º - Os policiais militares de folga que atuarem na segurança armada das escolas públicas estaduais deverão seguir as normas de conduta da Polícia Militar, e estarão sujeitos às mesmas responsabilidades e penalidades que os policiais em serviço. Art. 5º - A atuação dos policiais militares de folga na segurança armada das escolas públicas estaduais será regulamentada por ato do Poder Executivo, que deverá estabelecer as normas e procedimentos necessários para a execução desta lei. Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Justificação O presente projeto de lei tem por objetivo garantir a segurança das escolas públicas estaduais, oferecendo uma opção de segurança armada aos alunos, professores e demais funcionários. A presença de policiais militares de folga pode ajudar a prevenir e inibir a ocorrência de crimes e violências nas escolas, aumentando a sensação de segurança dos envolvidos. É importante destacar que a atuação dos policiais militares de folga na segurança armada das escolas públicas estaduais será voluntária. Além disso, a atuação desses policiais deverá ser coordenada pela Secretaria de Segurança Pública, de forma a garantir a efetividade e a segurança das atividades. A presença do tráfico de drogas próximo às escolas públicas vem aumentando, representando boa parte do lucro dos traficantes. Diariamente, criminosos se aproveitam da inocência de crianças e adolescentes para vender narcóticos ou atrair esses jovens para a vida do tráfico. É fundamental dar fim a essa realidade. Além disso, alunos e professores passam constantemente por situações de risco no ambiente escolar. Um levantamento recente feito pelo Instituto Locomotiva junto ao Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Apeoesp) revelou que 48% dos estudantes e 19% dos professores da rede pública paulista sofreram algum tipo de violência nas dependências das escolas que frequentam. O tema da violência nas escolas voltou a pautar o debate público com o recente ataque à Escola Thomazia Montoro, onde um garoto de 13 anos entrou portando uma faca e assassinou a professora Elisabete Tenreiro, de 71 anos. É dever do Estado proteger e zelar pela segurança das crianças e adolescentes. Esta nobre Casa tem o dever de impedir que tragédias como essa passem a ser comuns. Por fim, cabe ressaltar que a atuação dos policiais militares de folga na segurança armada das escolas públicas estaduais estará sujeita às mesmas normas e procedimentos da Polícia Militar em serviço, garantindo a segurança e a proteção dos envolvidos.

Guto Zacarias – UNIÃO

Os ‘mercenários’ de Putin na Ucrânia: entenda a atuação do Grupo Wagner

Empresa militar e seu chefe, Yevgueni Prigozhin, voltaram à tona em meio ao atentado a bomba em São Petersburgo

Serguei Monin



Militares junto à entrada da sede do grupo militar privado Wagner, durante a abertura oficial do bloco de escritórios da corporação, em São Petersburgo, em 4 de novembro de 2022. - Olga Maltseva / AFP

A empresa militar privada russa Grupo Wagner tem sido um importante braço das tropas da Rússia durante a guerra na Ucrânia. Apesar do grande número de baixas no conflito, suas fileiras não param de se multiplicar. Na prática, trata-se de uma corporação de recrutamento de mercenários para atuar em ações militares no exterior. O Grupo Wagner vem atuando há oito anos na Síria e em países da África, mas foi a guerra na Ucrânia que trouxe à luz a controversa atuação da empresa e, principalmente, do seu chefe, o empresário Yevgueni Prigozhin, que tem obtido uma presença cada vez maior na vida política da Rússia.

No último domingo (2), Yevgueni Prigozhin, anunciou que os combatentes do batalhão Wagner haviam tomado o prédio da administração de Bakhmut, na região de

Donetsk, um dos epicentros do conflito na Ucrânia. O anúncio aconteceu horas depois do atentado a bomba em um café no centro de São Petersburgo que levou à morte do blogueiro militar Maksim Fomin, conhecido como Vladlen Tatarsky. Ele era uma radical voz de apoio à guerra na Ucrânia. Em vídeo divulgado pela sua assessoria de imprensa, Prigozhin diz que a bandeira russa foi hasteada sobre o prédio da administração de Bakhmut em memória do “correspondente militar”.

O holofote sobre o Grupo Wagner e o seu chefe e fundador não é novidade no contexto da guerra da Ucrânia. A atuação do grupo paramilitar vem ganhando cada vez mais notoriedade e é um dos principais símbolos da campanha militar russa no país vizinho.

Em janeiro deste ano, os EUA classificaram o Grupo Wagner como uma organização criminosa transnacional e impuseram sanções contra várias empresas e indivíduos associados ao grupo. O presidente da França, Emmanuel Macron, classificou o batalhão como “um grupo de criminosos mercenários”. Na última semana, foi preso na Rússia o correspondente dos EUA para o The Wall Street Journal, acusado de “espionagem” pelas autoridades russas. Ele cobria os eventos da guerra na Ucrânia e, em particular, as atividades do Grupo Wagner.

Se antes o grupo era encoberto pelo Kremlin,

o aprofundamento do conflito comprometeu a discricção do governo russo em relação ao respaldo a seu “exército paralelo”. Hoje, o batalhão de Prigozhin recebe tratamento em pé de igualdade com as tropas regulares do país.

Da sombra ao protagonismo na guerra: o que está por trás do ‘exército paralelo’ da Rússia?

Em entrevista ao Brasil de Fato, o chefe do Centro de Análise e Previsão Política da Bielorrússia, Pavel Usov, conta que o contexto da emergência do Grupo Wagner remete à crise na Ucrânia em 2014, quando uma forte onda de protestos no país levou a um golpe de Estado e ao conflito armado na região de Donbass, no leste ucraniano. A entrada do grupo de Prigozhin em cena estaria ligada ao encobrimento da interferência russa nos assunto da Ucrânia.

“O papel de iniciativas privadas [em conflitos] aumentou em 2014 com os acontecimentos na Ucrânia e o surgimento de empresas militares privadas, e suas iniciativas estavam ligadas ao uso dos princípios de ‘guerra híbrida’, que se baseiam no fato de que as partes militares regulares não participam de ações militares”, afirma o pesquisador.

Em 2014, quando eclodiu a crise ucraniana com o conflito entre Kiev e as forças separatistas em Donbass, Moscou repetidamente afirmou não ser parte do conflito e negou qualquer atividade de suas tropas na região. De acordo com o Usov, o governo russo buscava mostrar que os destacamentos separatistas eram não regulares e voluntários, sendo formados pelos próprios moradores de Donbass.

O cientista político explica que no início buscava-se encobrir que tais grupos como o Wagner existissem, mas desde 2015 exercícios são realizados em regiões russas e em bases do Departamento Central de Inteligência da Rússia. Naquele ano, eles começaram a

participar ativamente em ações militares na Síria, inclusive para a proteção do poços de produção de petróleo, cuja concessão foi concedida para oligarcas russos.

“Quando houve o congelamento do conflito, em 2015, ficou claro que, para o futuro na Rússia, esses grupos, as empresas privadas militares, na prática adotariam o modelo de empresas militares privadas americanas que atuaram no Afeganistão e no Iraque para, por um lado, serem mais eficientes, e, por outro lado, diminuir as baixas das tropas regulares”, explica.

Apesar disso, oficialmente o Kremlin repetidamente negava envolvimento com o grupo. Em 1º de maio de 2022, o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Serguei Lavrov, negou que o Grupo Wagner operasse no território da Ucrânia, afirmando que isso seria desinformação de Kiev.

“Há um grande número de mercenários de países ocidentais. Falar sobre a presença do Wagner na Ucrânia se deve justamente ao desejo de desviar a atenção do que nossos colegas ocidentais estão fazendo”, disse Lavrov.

O chefe da diplomacia russa também respondeu às acusações de que o grupo Wagner estava lutando no Mali, dizendo que mercenários russos foram convidados para lá para garantir a ordem pública. Na ocasião, ele acrescentou que Moscou não é responsável pelas ações do grupo Wagner, por se tratar de uma “empresa privada”.

Já em janeiro deste ano, o próprio Ministério da Defesa russo pela primeira vez reconheceu oficialmente os méritos dos mercenários de Prigozhin no campo de batalha. Em particular, a pasta destacou “a bravura” dos combatentes do Wagner em meio ao anúncio da tomada da região de Soledar, em Donbass, pelas forças russas.



Captura de imagem tirada de um vídeo postado no canal Telegram em 3 de março de 2023 mostra Yevgeny Prigozhin, o chefe do grupo paramilitar russo Wagner falando sobre o cerco à cidade de Bakhmut. / Reprodução Telegram / AFP

Um dos trunfos do Grupo Wagner é a sua capacidade extra-oficial de mobilização de novas tropas para o conflito. Uma das táticas é o recrutamento de presos por crimes graves, por meio de acordos que garantam a anistia dos detentos após seis meses de atuação na guerra da Ucrânia. No começo do ano, foram veiculados vídeos em que o chefe do grupo Wagner, Yevgueni Prigozhin, parabeniza ex-detentos pela participação nos combates.

“Vocês cumpriram sua tarefa com consciência e honra. Eu precisava de seus talentos criminosos para matar o inimigo na guerra. Não há mais necessidade de seus talentos criminosos; 180 dias foram trabalhados como se deve, todos desempenharam com coragem e heroísmo”, diz Prigozhin em vídeo divulgado em canais oficiais do Telegram ligados às empresas de sua propriedade.

O curioso é notar que a criação de empresas militares privadas para participação em conflitos armados não está prevista na legislação russa. Mas a figura de Prigozhin se torna cada vez mais notória como uma liderança na frente de batalha russa, a ponto dele fazer críticas abertas ao alto comando das Forças Armadas da Rússia e tensionar a relação com o Ministério

da Defesa.

Mais recentemente, Yevgueny Prigozhin vem culpando o Estado-Maior por suprimentos insuficientes e problemas com munição, tentando transferir a responsabilidade pelas falhas para o comando russo. Mas suas críticas em nenhum momento atingem a presidência de Vladimir Putin.

O cientista político Pavel Usov explica que o aval que o grupo Wagner recebe do Kremlin está ligado a um cálculo político do governo russo. A “terceirização” da ação militar faz com que Moscou trate a corporação como se não fosse o exército russo, mas um exército privado — permite tirar a responsabilidade e certas consequências para as autoridades russas.

“É retirado o peso financeiro e a responsabilidade política da liderança do país. Ou seja, a economia e o orçamento do Estado não vão pagar pela compensação para aqueles que morreram. No plano político ele recebeu uma possibilidade ilimitada de pessoalmente recrutar quadros. Então isso mostra que Prigozhin é apoiado em alto nível e o funcionamento do grupo Wagner é encarado como um mecanismo de mobilização”, argumenta.

Tal cenário cria um cenário de beco sem saída para o governo russo, no sentido de que uma mobilização geral na Rússia seria muito custosa politicamente. Vale lembrar que a mobilização parcial anunciada em setembro de 2022 causou uma grande onda migratória de homens que saíram do país, e aumentou a tensão social e o descontentamento com a guerra ao trazer o conflito para mais perto da realidade da população russa. Por outro lado, o amplo apoio financeiro e militar do Ocidente à Ucrânia impede que Moscou alcance êxitos concretos e definitivos. Assim, a “terceirização” da força militar para o batalhão Wagner supre a necessidade de uma mobilização constante de tropas.

O cientista político Pavel Usov aponta que, no início da guerra, as fileiras do Grupo Wagner eram preenchidas por tropas bem treinadas, mas o alto número de baixas em meio ao desgaste do conflito levou ao recrutamento de pessoal não preparado nos pontos mais quentes da linha de frente, cuja função é “simplesmente esgotar a defesa ucraniana”.

“Eles são jogados em grandes ondas para as posições ucranianas e inauguram alguns novos pontos de combate, na prática, as perdas são em centenas. Ou seja, o que acontece lá agora mostra que aqueles que servem ao grupo Wagner não têm valor nenhum, nem militar, nem de quadros, é simplesmente material descartável. A tarefa é simplesmente esgotar, chamar o fogo par si, e aí em seguida a artilharia militar avança sobre as posições ucranianas”, explica.

Em janeiro deste ano, foi revelado um relatório da agência de inteligência militar do Ministério da Defesa da Ucrânia sobre as táticas das operações de combate do batalhão Wagner na Ucrânia. O estudo, realizado inclusive a partir de escutas telefônicas, aponta uma “indiferença brutal de Prigozhin às baixas”, com execuções de combatentes que tentam se render aos ucranianos ou que realizam retiradas não autorizadas.

A análise ucraniana afirma que as táticas de Wagner “são as únicas eficazes para as tropas mal treinadas e mobilizadas que constituem a maioria das forças terrestres da Rússia”. De acordo com os especialistas ucranianos, os ex-detentos chegam a dezenas de milhares de recrutas e muitas vezes compõem a primeira leva em um ataque, sofrendo o maior número de perdas, parcela que chegaria a até 80% das baixas.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Projeção política de Prigozhin

A permissividade com que o chefe do Grupo Wagner destina críticas ao alto comando militar russo e o consequente aval político e financeiro que o batalhão recebe do Kremlin hoje levanta rumores sobre as pretensões políticas de Prigozhin. Por outro lado, para a pesquisadora sênior do Centro Carnegie para a Rússia e Eurásia, Tatiana Stanovaya, “sua relação com o Estado é informal e, portanto, frágil”.

De acordo a pesquisadora, Prigozhin atingiu o seu alvo principal: “se o Estado fosse incapaz de resolver efetivamente certas tarefas (ou simplesmente não quisesse ser visto fazendo isso), essas ferramentas quase estatais poderiam preencher a lacuna. Putin gostou dessa abordagem, que também é exigida na guerra contra a Ucrânia. Ainda assim, a posição do empresário segue informal. Putin concordou em terceirizar certas funções do Estado, mas não legitimou o próprio Prigozhin”, diz Stanovaya em artigo.

Desta forma, Prigozhin não constitui uma ameaça política ao governo russo. Segundo a pesquisadora, “enquanto Putin for relativamente forte e capaz de manter o equilíbrio entre vários grupos de influência, Prigozhin não é perigoso”.

O cientista político Pavel Usov, por sua vez, acredita que a influência do diretor do Grupo Wagner pode reverberar no sentido de conseguir ser um “condutor” de ideias do setor mais radicalizado da sociedade russa no caso de Putin não conseguir consolidar seus objetivos na Ucrânia.

“Prigozhin pode se tornar uma parte radical que pode realizar uma espécie de “revolução conservadora”, porque “existem fortes demandas para que a Rússia aja mais radicalmente. Ele pode acumular em torno de si esses sentimentos revanchistas e ser um condutor dessas ideias”, completa.

Edição: Glauco Faria

FONTE: BRASIL DE FATO

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF